



Presidente **p.2**

“Governo não merece uma segunda oportunidade”



Parlamento **p.11**

Estado tem o dever de reparar danos

POVO LIVRE



n.º 1987

25 de outubro de 2017

Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC: n.º 105690 | Propriedade: P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, nº9, 1249-087 LISBOA
Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>



RESPOSTA ESTRUTURAL PARA O PROBLEMA DOS INCÊNDIOS

Pedro Passos Coelho encontrou-se com as populações e os autarcas de Tondela, Vouzela, Oliveira de Frades, Mortágua e Viseu



“Governo não merece uma segunda oportunidade”

O Governo “não merece uma segunda oportunidade”. O PSD responsabiliza diretamente o primeiro-ministro pelo fracasso do Estado nos incêndios que causaram mais de 100 mortos nos últimos quatro meses. Pedro Passos Coelho criticou a falta de humildade do Governo quando, quatro meses após os incêndios de Pedrógão Grande, o Estado volta a fracassar “clamorosamente” na sua função.

“Este Governo não merece uma segunda oportunidade depois de ter falhado tantas. O primeiro-ministro não tem condições para inspirar confiança ao país de que seja capaz de fazer o contrário do que fez até hoje”, afirmou Pedro Passos Coelho, numa declaração aos jornalistas, na Assembleia da República, à margem da reunião do grupo parlamentar do PSD, 18 de outubro de 2017.

“O primeiro-ministro demitiu-se das suas responsabilidades”, acusou Pedro Passos Coelho. O PSD partilha “o mesmo sentimento de indignação e, até, de revolta” perante o “falhanço do Estado” no que diz respeito aos incêndios que têm afetado o País.

“Todos os erros voltaram a ser cometidos”, denunciou o líder social-democrata, criticando o atual Executivo pela falta de “humildade em pedir desculpa ao País”, assim como pela incapacidade de “tirar ilações políticas desta matéria”.

Constança Urbano de Sousa, ao demitir-se do cargo de ministra da Administração Interna e ao assumir que o pretendia ter feito logo após Pedrógão Gran-

de, veio confirmar a “clara responsabilidade do próprio primeiro-ministro nesta situação”, disse.

“Estava na cara desde Pedrógão que as responsabilidades pelas mortes em vias públicas são do Estado, depois podíamos ter apurado de quem era as responsabilidades diretas e funcionais mas o Estado falhou”, continuou, lembrando que o PSD pediu ao Governo para aprovar um regime de indemnizações mais rápido, por via de portaria aprovada em Conselho de Ministros, mas que o Governo não o fez. O PSD apresentou depois essa sugestão via Assembleia da República, mas a esquerda chumbou, recusando indemnizações automáticas.

“Andam todos no Governo a assobiar para o lado e a culpar o Governo anterior e as décadas anteriores, quando nunca aconteceu o que está a acontecer agora. Isto não é uma conversa séria”, lamentou.

O presidente do PSD anunciou ainda o voto favorável em relação à moção de censura que o CDS-PP vai apresentar ao Governo. Como cidadão, Passos Coelho disse sentir “vergonha” pelo que se passou no país nos últimos meses e lamentou que não tenha havido, pelo menos, “um pedido de desculpas” aos que sofreram as consequências dos incêndios.

“Nunca pensei que houvesse um governo no país que se comportasse desta maneira e nestes termos”, lamentou.

Sobre a demissão da ministra da Administração Interna, Passos Coelho atribuiu, mais uma vez, a responsabilidade ao primeiro-ministro. “Sempre disse que a demissão é responsabilidade do primeiro-ministro e o primeiro-ministro claramente demitiu-se das suas responsabilidades: a ministra sai, dizendo ao primeiro-ministro: “o senhor não me convence a ficar aqui nem mais um bocadinho”, afirmou, referindo-se à revelação de Constança Urbano de Sousa que já por duas vezes tinha pedido a demissão a António Costa.

Para Passos Coelho, a recusa da demissão da ministra por António Costa tem um significado político: “Enquanto a ministra recebesse as críticas, isso não era devido ao primeiro-ministro, mostra todo o carácter político de ausência de liderança que temos no governo”, disse.

Mecanismo extrajudicial para rapidamente indemnizar as vítimas

O líder do PSD desvalorizou ainda os pedidos de consenso do Governo sobre uma reforma das florestas, defendendo que o PSD “nunca faltou ao país”, tendo



sido o proponente da criação de uma comissão técnica independente e de um mecanismo extrajudicial para rapidamente indemnizar as vítimas.

“Temos vivido estes dois anos a discutir coisas que não são o que parecem. O primeiro-ministro apareceu a pedir consensos na área da floresta quando rejeitou as propostas que apresentámos quase no início da legislatura”, criticou, lembrando que os sociais-democratas apresentaram um diploma sobre o cadastro florestal que “esteve a aboborar” em comissão parlamentar durante longos meses.

Na reunião do grupo parlamentar do PSD, foram vários os relatos de deputados que estiveram nas zonas dos incêndios que deflagraram no domingo na zona centro e que provocaram pelo menos 44 mortos. A comunicação ao país do Presidente da República de terça-feira à noite também foi abordada na reunião.





Pedro Passos Coelho em Tondela

Resposta estrutural para o problema dos incêndios

Os dirigentes da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) devem passar a ser recrutados por concurso público e não por nomeação, que depende dos ciclos eleitorais e das mudanças de governo. Uma medida que visa a profissionalização da prevenção e combate aos fogos florestais. Em Tondela, dia 20, o presidente do PSD afirmou que é tempo de o país desenvolver respostas “estruturais” que possam, efetivamente, responder às necessidades das populações.

Outra proposta passa pela criação de uma Unidade Militar de Emergência e a criação de mecanismos automáticos de aviso às populações em situações de risco. Com estas propostas, o PSD corrobora as recomendações avançadas pelo relatório da comissão técnica independente nomeada para analisar os fogos de junho e podem “não só sensibilizar as pessoas para a proibição de fazer fogo”, como “alertar de forma rápida e célere sobre medidas de autoproteção”.

“Creio que é obrigatório estabilizar no futuro a forma transparente de fazer a seleção e o recrutamento dos



Pedro Passos Coelho aludiu também a uma das recomendações da comissão técnica independente, no que diz respeito à organização da Autoridade Nacional de Proteção Civil e à eventual criação de uma nova agência para combate de incêndios.

“Não vemos nada de negativo na possibilidade de se criar uma nova agência, mas julgamos que essas sugestões devem ser consolidadas”, referiu, informando ainda que o PSD irá solicitar a audição da Comissão Técnica Independente para clarificar esta matéria. “É importante que não haja uma multiplicação de estruturas e que se mantenha a Autoridade Nacional, mais uma agência, mais um instituto”, alertou.

Para o presidente do PSD, é importante que a Autoridade Nacional de Proteção Civil possa assentar, do ponto de vista de resposta estrutural, em diversos elementos,



dirigentes dessa instituição. Portanto, seja ao nível dos comandos distritais, seja ao nível do comando nacional, parece muito claro ao PSD que tem de haver um concurso transparente, público, nacional”, sustentou.

Depois de uma visita a Tondela, um dos concelhos fustigados pelos incêndios de 15 de outubro, e antes de reunir com presidentes de câmara de zonas afetadas, o presidente do PSD aludiu a algumas propostas que foram levadas ao conselho de ministros extraordinário. “Essas pessoas devem exercer os seus mandatos independentemente dos ciclos de governo, de modo a que os governos não tragam, cada um, os seus comandantes, as suas pessoas de confiança para a Autoridade Nacional de Proteção Civil”, realçou. Esta é uma medida que trará estabilidade e que permitirá recrutar os mais competentes e habilitados.



que “tenham recurso às associações humanitárias de bombeiros, que podem crescentemente responder a alguma profissionalização, sem perda de voluntariado”.

Também engloba uma resposta da GNR e da área militar, defendendo que era muito importante poder-se ter “uma unidade militar de resposta a emergências”.

“Sendo esta uma questão de defesa nacional, é muito difícil não esperar que não exista uma coordenação ao nível da defesa nacional que concentre esta resposta militar e uma resposta civil”, assinalou.



Pedro Passos Coelho esteve em Tondela, uma das zonas mais afetadas pelos trágicos incêndios do fim-de-semana passado, onde reuniu com os presidentes das Câmaras Municipais de Tondela, Vouzela, Oliveira de Frades, Mortágua e Viseu.

“Intervenção pública” adequada

Defendendo que é tempo de dar às populações “respostas a vários níveis”, o presidente do PSD recordou todas as famílias e empresas que “ficaram sem o seu modo de vida”. “Dada a extensão da destruição vai demorar muitos anos até que as pessoas possam voltar a desenvolver uma atividade sustentada”, disse referindo-se aos que se dedicavam, por exemplo, à agricultura ou à floresta. Urge, pois, que o País encontre respostas “ao nível fiscal, de acesso a sistemas de incentivos (Portugal 2020, PDR, COMPETE, ou outros), que permitam a criação de concursos específicos voltados para esta realidade”.

Pedro Passos Coelho defendeu que deve haver uma “intervenção pública” no que diz respeito ao pinheiro, “de modo a evitar a queda do valor da madeira”. Declarou que o Estado deve intervir, a fim de que possa ser feita a remoção adequada da madeira e, assim, “evitar a sua desvalorização abrupta”. Importa, pois, conseguir uma “grande coordenação com as autarquias”, assegurando que não haja “estragos e prejuízos que podem não ser recuperáveis”.

Primeiro-ministro “já desperdiçou oportunidades a mais”

O líder social-democrata referiu-se ao “falhanço clamoroso da resposta da Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC)”. Insistindo que os responsáveis devem ser “nomeados por competência e não por preferência partidária”, informou que “é obrigatório estabelecer, para futuro, uma forma transparente de fazer a seleção e o recrutamento dos dirigentes”. Considera que se trata da “primeira medida importante” a ser tomada, a qual deve passar por “um concurso transparente, público, nacional” que permitirá selecionar pessoas com mandatos independentes “dos ciclos de governo”.

“A responsabilidade pelo que se passou cabe muito ao Governo”, afirmou Pedro Passos Coelho. A “resposta adequada falhou clamorosamente” e “isso tem de ter responsabilidades que não ficam satisfeitas apenas porque a ministra vai mudar”.

Pedro Passos Coelho reforçou que o primeiro-ministro “já desperdiçou oportunidades a mais para inspirar confiança”. Recordou que o PSD, além de ter proposto a Comissão Técnica Independente (CTI), também alertou para a necessidade de que a tragédia de Pedrógão Grande “não se voltasse a repetir”. “Devíamos ter aprendido com esse erro”, disse. “Não se percebe como é que a Fase Charlie não foi prolongada, como é que o dispositivo não estava disponível”, acrescentou.

Colaboração para implementar medidas

O Governo “pode contar com toda a colaboração necessária” do PSD para que as medidas que anunciou no sábado de combate aos incêndios “sejam levadas a cabo”, anunciou o vice-presidente do grupo parlamentar, Carlos Abreu Amorim, em conferência de imprensa, dia 22 de outubro.

“O grupo parlamentar do PSD e o PSD gostariam de saudar o Governo pelas medidas que foram ontem [sábado] anunciadas de combate a estes flagelos que nos



têm assaltado, que são os incêndios. O Governo tomou estas medidas e pode contar da parte do PSD com toda a colaboração necessária para que as mesmas sejam levadas a cabo”, afirmou Carlos Abreu Amorim.

Segundo o deputado social-democrata, algumas das medidas anunciadas pelo Governo, que no sábado realizou um Conselho de Ministros extraordinário dedicado aos incêndios, “são extremamente positivas”, como por exemplo a criação de concursos públicos para a Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC), contudo, outras, apresentadas pelo partido no parlamento, já poderiam estar em prática se o PS não as tivesse chumbado.

“Obviamente que temos que lamentar que algumas dessas medidas tenham esperado quatro meses, designadamente a questão da indemnização às vítimas de Pedrógão e agora às vítimas dos incêndios que sucederam a Pedrógão”, disse.

Sobre a criação de concursos públicos para a ANPC, vincando ter sido uma medida que “o PSD apresentou primeiro lugar”, o social-democrata disse “ser fundamental para acabar com aquilo que foi apontado nos vários relatórios técnicos sobre os incêndios de Pedrógão”, ou seja, que o organismo “estava pejado de pessoas que estavam lá sem as competências e os devidos méritos, por favoritismo político”.

Carlos Abreu Amorim adiantou também que o PSD estudará agora “com profundidade o desenho de todas as medidas” e que pretende acrescentar outras, em especial a criação de uma unidade militar para fazer face a catástrofes.

“Vamos estudar com profundidade estas medidas, que saudamos e que iremos apoiar, mas julgamos que podem ser complementadas com outras medidas”, disse, apontando necessidade de uma unidade militar “que seja apta, profissionalizada e com a lógica de operacionalidade militar”, para intervir “não apenas em incêndios, mas em qualquer tipo de catástrofe que possa vir a assolar o país”.

Da análise que o PSD fez “até agora” às medidas anunciadas pelo Governo, “não parece ser suficiente” o papel reforçado das Forças Armadas, “designadamente da Força Aérea na coordenação dos meios aéreos”.

O social-democrata defendeu que “as instituições militares, as Forças Armadas, têm de ser aproveitadas”, para que as suas capacidades, as suas competências e as suas sinergias permitam criar “uma unidade militar à semelhança daquela que existe em Espanha para fazer face a todas estas catástrofes”.



Carlos Abreu Amorim frisou que o PSD espera agora “o apoio dos partidos de esquerda e de extrema-esquerda que apoiam o Governo para a aprovação, com a maior celeridade possível, da proposta que o PSD apresentou para a criação de um mecanismo extrajudicial urgente para as indemnizações às vítimas”.

O deputado disse ainda que o PSD estará disposto a apoiar todas medidas que dignificarem a função social e profissional do bombeiro português. “Os bombeiros têm um papel inestimável, não apenas no combate aos incêndios, mas em todas as atividades que estão envolvidos e, portanto, nós apoiaremos qualquer medida que seja apta a combater este tipo de situações, mas que também proteja e dignifique o bombeiro”.

Eleição para conselho das secretas não prestigia o parlamento

À entrada para uma reunião com os presidentes de Câmara de zonas afetadas pelos incêndios, o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, considerou que o resultado da eleição para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República (CFSIRP) é incompreensível e

não prestigia o parlamento. “É incompreensível que esta situação tenha acontecido, e digo mesmo, assumindo essa responsabilidade, que esse resultado não prestigia o parlamento”, referiu Hugo Soares.

Hugo Soares apontou que este resultado tem “uma parte muito significativa de incompreensão de todos”. “Houve um acordo entre PS e PSD para subscrever estas candidaturas, houve audições feitas nas comissões respetivas, em que os candidatos estiveram a demonstrar as suas aptidões para o exercício das funções. E não foram questionados, por nenhum partido, sobre o menor garbarito ou menor competência para o exercício daquelas funções”, acrescentou.

O líder parlamentar do PSD informou que será feita uma reflexão sobre este assunto, para além de conversarem com o PS, de forma a que possam resolver rapidamente este assunto.

Hugo Soares aproveitou ainda para se congratular com a eleição da nova Provedora da Justiça, Maria Lúcia Amaral. “O PSD tem muito orgulho por, nos últimos quatro anos, ter podido no governo nomear a primeira Procuradora-Geral da República mulher, a primeira presidente da Assembleia da República mulher e hoje a primeira Provedora da Justiça mulher”, concluiu.



Iniciativa socialista do direito ao descanso “é perigosa”



A desconexão profissional, mais conhecida por direito a desligar fora do horário de trabalho, é um direito fundamental, constitucionalmente consagrado e que o PSD valoriza em toda a dimensão. Nesse sentido, “qualquer violação que ocorra no que diz respeito ao direito ao descanso do trabalhador deve ser sancionada de forma grave”, sublinhou Clara Marques Mendes.

A deputada do PSD alertou no parlamento, para as consequências nefastas para os trabalhadores da proposta que o PS sujeitou a debate. “A iniciativa do PS é perigosa para os trabalhadores. Diz a iniciativa do PS que o trabalhador tem direito a desligar, salvo exigências imperiosas do funcionamento da empresa. Isto é um perigo. É dar um total poder, completamente arbitrário, para que a entidade patronal decida que, no período de descanso, pode contactar o trabalhador, e assim violando o seu direito ao trabalho”, frisou a parlamentar.

Clara Marques Mendes lamenta que as iniciativas da esquerda sobre o direito do trabalhador à desconexão profissional não tenham acautelado a proteção da dignidade do trabalhador. “A introdução do teletrabalho, do trabalho flexível e das novas tecnologias leva a que haja uma indefinição das barreiras entre o que é o tempo de descanso e o tempo de trabalho. É aqui que entra a matéria do direito a desligar. É, nesta indefinição, daquilo que é o tempo de descanso e o tempo de trabalho, que nós nos devemos preocupar, sob pena de estarmos a pôr em causa o direito de descanso do trabalhador”, destacou.

O direito à desconexão profissional visa garantir a proteção física e emocional do trabalhador. Face à evolução de sociedade e da organização do tempo de trabalho, o PSD considera imperioso assegurar um equilíbrio entre o direito dos trabalhadores e a posição exigente dos empregadores.

Governo está amarrado à extrema-esquerda no projeto da Defesa Europeia

O Parlamento desconhece a posição do Governo português em relação ao chamado projeto da União de Defesa. No debate preparatório no parlamento para o Conselho Europeu, Miguel Morgado, deputado do PSD, lamentou a “total ausência de política europeia” do Executivo e, em especial, no que diz respeito à política de Defesa.

“Há um ano que todos sabemos que a Defesa iria ser aquele domínio que, na Europa pós-brexit, iria sofrer o maior impulso de integração. Há uma que sabemos que iria ser criada, a curto prazo, uma Cooperação Estruturada Permanente”, recordou Miguel Morgado.

O PSD estranha o silêncio do Executivo nesta matéria. “A única coisa que sabemos da posição do Governo português é que tem ministros que se gabam de que ninguém conhece a posição do Governo português. Dá a ideia de que os ministros não sabem qual é a opinião do Governo sobre estes temas”, apontou Miguel Morgado.

O PSD tem interpelado o Governo por sucessivas vezes sobre a sua posição quanto à Comissão Estruturada Permanente. O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD pretende esclarecimentos sobre as implicações para as Forças Armadas, os projetos que o Executivo pretende desenvolver e os mecanismos de financiamento que decorrem para o Estado português dessa eventual adesão.

“O Governo tem a obrigação legal e política de dizer ao Parlamento se vai colaborar com este mecanismo de revisão ou não. Será porque o primeiro-ministro e os ministros se sentem inibidos de discutir este tema, porque é inconveniente discuti-lo com os parceiros de geringonça? O País não tem de andar a reboque das conveniências da geringonça”, sublinhou Miguel Morgado.



Remoção de amianto é uma prioridade política

O PSD recomenda ao Governo que conclua o processo de identificação de amianto e proceda à sua remoção. “É fundamental encarar a situação da remoção do amianto dos edifícios com determinação. Se, nos edifícios públicos, há um conjunto de diligências realizadas desde o anterior governo - e que o Parlamento quer acompanhar -, nos edifícios privados pouco tem sido feito”, reforça a Berta Cabral, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD. “Por isso, o PSD propõe que se proceda à configuração de sistema de incentivos de natureza fiscal ou para-fiscal para a remoção do amianto nas instalações de natureza privada”, conclui.

O amianto é uma fibra natural mineral cujas propriedades de resistência e durabilidade impulsionaram a sua utilização na construção em Portugal entre os anos 1950 a 1990, tendo-se revelado ser uma substância de elevada perigosidade.

Foi o PSD que, em 1989, por ocasião da regulação das questões referentes à segurança no trabalho, colocou na agenda política nacional o tema do amianto. A perigosidade deste material foi, também, reconhecida pela União Europeia, quando proibiu a utilização desta matéria a partir de 2005. Desde então foi sendo aprovada uma maior base legal de prevenção e atuação.

Face aos objetivos nacionais estabelecidos em matéria de desempenho ambiental, o anterior governo PSD / CDS-PP desenvolveu diversas ações de levantamento e listagem de edifícios, instalações e equipamentos públicos com amianto, e realizou uma série de ações corretivas. Do levantamento efetuado, que incidiu sobre 12.944 ocupações, resultou que em cerca de 84% não foi detetada qualquer presença de amianto, e dos restantes 16%, aqueles que presumivelmente podiam conter amianto em alguns elementos da sua constituição foram submetidos a análises posteriores de confirmação.

De entre as ações corretivas nesse mesmo período, destacam-se as que tiveram incidência no ministério da Educação e Ciência no âmbito do Programa de Remoção Faseada das Coberturas de Fibrocimento, desenvolvido entre 2013 e 2014, e que procedeu à retirada das placas de fibrocimento em cerca de 300 escolas do 2.º e 3.º ciclos e do secundário.

No projeto de resolução aprovado na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, o PSD recomenda ao Governo que conclua o processo de identificação de amianto em edifícios, instalações e equipamentos onde sejam prestados serviços públicos, iniciado pelo governo PSD/CDS-PP e, de igual modo, prossiga com as ações corretivas já desencadeadas. Ao mesmo tempo, o PSD recomenda que o Governo estabeleça prioridades e calendarize as ações necessárias para prevenir e controlar os riscos para a saúde humana e para o ambiente que advêm da utilização de materiais contendo amianto em edifícios públicos; e que apresente uma estimativa financeira do investimento a realizar para proceder às ações que previnam e controlem os riscos.

O PSD quer ainda que o atual Executivo desenvolva, em concertação com as autarquias locais, um plano de identificação dos edifícios, instalações e equipamentos, onde se prestam serviços públicos sob a responsabilidade dos municípios e das freguesias, que tenham na sua construção materiais contendo amianto. E que proceda à remoção integral do amianto em edifícios, instalações e equipamentos onde sejam prestados serviços públicos.

Depois de conhecida a intenção do atual ministro do Ambiente de concluir a remoção de amianto dos edifícios públicos apenas em 2020, o PSD sublinha a importância de acompanhar este trabalho, de modo a garantir a sua execução, bem como aferir, conseqüentemente, a possibilidade de extensão desta remoção a todos os edifícios de Portugal.

PSD questiona Governo sobre paragem das obras no túnel da A4 em Águas Santas

O PSD questionou o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas sobre a paragem das obras de alargamento do sublanço da autoestrada A4, que implicou a construção de um novo túnel em Águas Santas, na Maia.

Em requerimento, o PSD pergunta também quando se retoma a empreitada de alargamento da A4, em curso já há dois anos, designadamente no sublanço que liga os concelhos da Maia (freguesia de Águas Santas) e de Valongo (freguesia de Ermesinde), ambas no distrito do Porto.

“Quando prevê o Governo que as obras em questão estejam concluídas e o sublanço entre Águas Santas e Ermesinde fique finalmente alargado e aberto à circulação rodoviária?”, interroga o PSD.

Para o PSD, a paragem das obras constitui uma “situação inaceitável” e, por isso, pedem ao Governo que “promova urgentemente a retoma dos trabalhos (...), não adiando por mais tempo a resolução de um problema que afeta gravemente uma parte não despreciada da população do Grande Porto”.

O tráfego médio diário no referido sublanço é, conforme realça o requerimento, superior a 60 mil veículos, o que resulta em grande congestionamento “principalmente nas denominadas horas de ponta”. Resultam daí prejuízos “significativos” para os utilizadores, “tanto particulares como entidades empresariais”, pode ler-se na nota divulgada.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

Hugo Soares no debate quinzenal

Estado tem o dever de reparar danos



O PSD insistiu para que o primeiro-ministro pedisse desculpa ao país e assumisse as suas responsabilidades pelas falhas do Estado. “O senhor primeiro-ministro para se manter no poder diz ‘que se lixem os portugueses’”, acusou o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, depois de ter desafiado António Costa a apresentar uma moção de confiança ao Governo. De acordo com Hugo Soares, foi “a soberba dos que acham que tudo podem e que não precisam de provar nada que levou a que isto acontecesse”. Referindo-se aos incêndios que, em 14 e 15 de outubro, afetaram grande parte do país, insistiu: “Se não tivesse sido essa soberba não tinha sido negligente na preparação do fim-de-semana”, para o qual se anteviam temperaturas altas.

“Perdeu as eleições legislativas e quis ser o primeiro-ministro do parlamento, perdeu agora a confiança dos portugueses, perdeu ontem [terça-feira] a confiança do Presidente da República. Por uma vez, seja um estadista e traga a esta câmara uma moção de confiança para provar ao país que continua a ter o parlamento consigo”, desafiou Hugo Soares, no debate quinzenal na Assembleia da República, 18 de outubro de 2017.

“Tem medo de apresentar esta moção de confiança porque não confia nos seus parceiros parlamentares (...). Já não está aí a fazer nada, fazia um favor ao país se apresentasse a demissão”, instou, novamente, Hugo Soares, dizendo “não ser a mesma coisa” o debate de uma moção de confiança e a discussão de um texto de

censura.

No debate, Hugo Soares disse que também andou “de mangueira na mão” a combater os incêndios no seu concelho porque “o Estado falhou” e acusou António Costa de “soberba” pela demora em admitir estas falhas.

“Eu tenho a certeza que a última coisa que os portugueses desejam é ver confundida a gravidade dos temas que aqui hoje nos trouxeram com debates desta natureza política”, respondeu o primeiro-ministro.

Hugo Soares agradeceu aos “heróis nacionais, aqueles que não precisaram de ouvir do Governo que tinham de se bastar a si próprios, que combatiam sozinhos os momentos mais difíceis das suas vidas”. Recordou, assim, patrões e empregados, agricultores, famílias, idosos, sem esquecer “todos aqueles que perderam a vida sozinhos e a quem o Estado falhou”, sendo, ainda, mais claro: “a quem o primeiro-ministro falhou”. “Chegou a hora de assumir a sua responsabilidade e de não se esconder mais atrás da ministra da Administração Interna”, destacou, acusando o Executivo de “desleixo” na sequência das falhas da Proteção Civil e na prevenção.

Não tendo havido, até ao início do debate quinzenal, um pedido de desculpa por parte de António Costa, o presidente do grupo parlamentar do PSD desafiou a que o fizesse, depois de ele próprio tê-lo feito “em nome” da bancada que representa. Sublinhou que a “responsabilidade foi do Estado” e que “as pessoas deviam ser reparadas pelos danos e pelas perdas”. “Não era preciso o PSD ter proposto uma comissão técnica independente para ser, agora, a sua boia de salvação”, criticou.

O líder da bancada social-democrata lembrou que a maioria de esquerda rejeitou, na sexta-feira, o mecanismo extrajudicial indemnizatório proposto pelo PSD, ao qual António Costa recorre, agora, “para dizer que vai reparar a vida das pessoas”, apesar de o líder parlamentar do PS ter, recentemente, assumido que o chumbaria. De acordo com Hugo Soares, António Costa está a recorrer a mais “um número político”.

Tribunal de Contas denuncia eliminação de cirurgias programadas



“O relatório de auditoria do Tribunal de Contas (Tdc) ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) confirma a degradação do acesso dos portugueses a consultas de especialidade hospitalar e a cirurgias programadas”, denuncia o deputado social-democrata Miguel Santos.

“Para o PSD não se trata de uma surpresa, mas de uma enorme preocupação, agravada pelo passado recente de negação do ministro da Saúde e dos partidos que apoiam o atual Governo relativamente à deterioração a que os serviços públicos de saúde estão a ser sujeitos. O último relatório de acesso já confirmava esta realidade, apesar de negado e contestado pelos partidos do Governo”, acrescenta o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD.

Neste sentido, o PSD solicitou a “audição urgente do ministro da Saúde”, a fim de que se possa discutir sobre os elementos constantes deste relatório.

“Outro aspeto muito preocupante que o Tribunal de Contas revelou é o que respeita a um fenómeno de falseamento dos indicadores de desempenho, em resultado da eliminação administrativa de inscrições para primeiras consultas e para cirurgias programadas, o que permitiu melhorar artificialmente os tempos das listas de espera, quando a sua tendência é, infelizmente, a inversa”, afirma o social-democrata. “A consequência terrífica deste procedimento de falseamento resulta no facto de haver pessoas inscritas para consulta e cirurgia a aguardar serem chamadas e que aguardarão indefinidamente até se aperceberem que foram, administrativamente, eliminadas das listas de espera”, alerta.

De acordo com Miguel Santos, “trata-se de acusações extremamente graves que desmentem todo o discurso do ministro da Saúde sobre uma alegada melhoria da acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde e que põem em causa a fiabilidade dos próprios indicadores de desempenho do SNS, o que é totalmente inaceitável”.

O Tribunal de Contas fez uma auditoria ao acesso aos cuidados de saúde no SNS e concluiu que a “qualidade da informação disponibilizada publicamente” pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) sobre listas de espera “não é fiável”.

Reflorestação do Pinhal de Leiria

O PSD recomenda ao Governo que proceda à reflorestação, no prazo de um ano, da Mata Nacional de Leiria. A proposta do PSD visa ainda preservar esta área como mata modelo no território português.

Através de um projeto de resolução, o grupo parlamentar do PSD defende que a reposição do Pinhal de Leiria, cuja área ardida em outubro de 2017 foi superior a 80%, “desmistifica o facto dos incêndios florestais estarem unicamente relacionados com a falta de prevenção ao nível do ordenamento rural e da floresta portuguesa”.

Para o PSD, as áreas ardidas constituem uma “oportunidade de reflorestação ordenada, geridas de forma a garantir um rendimento atrativo para os seus produtores, cumprindo ao mesmo tempo as boas práticas florestais”.

O Pinhal de Leiria é um espaço florestal de elevado interesse para o desenvolvimento de modelos de silvicultura quer na sua função produtiva, quer nas de conservação da natureza e recreio, embora persistam certos problemas: a fragmentação da propriedade, a falta de cadastro e a limitação financeira. A sua recuperação é, por isso, urgente.

O PSD lamenta que, por causa dos incêndios de 2017, não só pela expressão humana mas também pela extensão de área ardida, com implicações social, económica e ambiental, revelem “a falência do Estado como pilar da segurança de pessoas e bens”. Em 2017, a área ardida, no território nacional, é a maior desde que há registo – cifra-se em mais de meio milhão de hectares. Foram devastados terrenos agrícolas, matos, povoamentos florestais ordenados e não ordenados.



Reforço dos apoios para as regiões ultraperiféricas

O PSD/Açores apresentou uma iniciativa no parlamento açoriano a recomendar ao Governo Regional uma intervenção junto do Executivo nacional para aproveitar o “clima favorável” na União Europeia a favor das regiões ultraperiféricas (RUP). “Vamos entregar no parlamento dos Açores uma iniciativa legislativa em que se recomenda ao Governo Regional que intervenha junto do Governo da República de forma a que este momento favorável às RUP seja aproveitado a favor dos Açores”, declarou Duarte Freitas, numa conferência de imprensa conjunta com a eurodeputada Sofia Ribeiro, o deputado à Assembleia da República António Ventura e o deputado regional António Almeida.

Duarte Freitas referia-se ao acórdão de Mayotte, do Tribunal de Justiça da União Europeia, de dezembro de 2015, que, no seu entender, “legitima o valor jurídico reforçado do estatuto” de ultraperiferia e “a sua prevalência sobre disposições setoriais dos tratados europeus”.

Duarte Freitas quer que o Governo da República, na qualidade de Estado-membro, “se empenhe” junto das instâncias europeias para que seja negociado um reforço orçamental global destinado ao abrigo do POSEI - Programa de Opções Específicas para o Afastamento e a Insularidade nas Regiões Ultraperiféricas para a agricultura e a autonomização das pescas do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.

O novo ambiente político “está a levar à revisão, por parte da Comissão Europeia, da estratégia para as RUP, que será anunciada brevemente na Guiana Francesa”, sublinhou o presidente do PSD/Açores.

Duarte Freitas pretende, ainda, que o Executivo nacional, liderado pelo socialista António Costa, “maximize as potencialidades” do estatuto das RUP, “explorando todas as vertentes de apoios e derrogações comunitárias que possam beneficiar essas regiões” nos transportes, ambiente, energia ou inovação.

Para o líder regional do PSD, a região, na sequência do lançamento das negociações na União Europeia sobre o novo quadro financeiro plurianual e face à revisão da Política Agrícola Comum, “tem aqui uma grande oportunidade” para reforçar os apoios comunitários e propor a criação de novas medidas para as RUP.

Duarte Freitas adiantou que na Assembleia da República, através dos deputados do PSD eleitos pelo círculo dos Açores, Berta Cabral e António Ventura, foram já dados “passos importantes” por via da aprovação de uma recomendação que pede que sejam “acautelados os interesses dos Açores na revisão da estratégia da Comissão Europeia para as RUP”.

As regiões ultraperiféricas beneficiam de um estatuto específico, no artigo 349.º do Tratado da União Europeia, que reconhece a situação económica e social específica destas regiões. Integram as RUP, além dos Açores e da Madeira, a comunidade autónoma espanhola Canárias, e os territórios franceses Guiana, Guadalupe, Martinica, Maiote, Reunião e Saint-Martin.



Termas do Varadouro aguardam há 20 anos por requalificação



Os deputados do PSD/Açores eleitos pelo Faial lamentam a dualidade de critérios do Governo regional no investimento público com vista à qualificação da oferta turística, lembrando que as Termas do Varadouro, na ilha do Faial, aguardam há 20 anos por uma requalificação que o executivo açoriano insiste em não assumir.

“Nesta área do turismo de Saúde, a ação do Governo nos últimos anos pautou-se por uma tremenda dualidade de critérios: optou por investir em duas ilhas e decidiu não investir nas Termas do Varadouro”, afirmou Carlos Ferreira, no parlamento açoriano, durante a interpelação à secretária regional do Turismo, Marta Guerreiro, sobre o setor do Turismo.

O deputado social-democrata açoriano sublinhou a contradição entre a ação e o discurso do Governo, salientando que a afirmação de Marta Guerreiro, que admitiu que o futuro do Turismo passa por qualificar a oferta, não é posta em prática no caso dos recursos naturais do Faial e mais concretamente no caso das Termas do Varadouro.

“A dualidade de critério vai continuar ou o Governo pretende investir nas Termas do Varadouro para cumprir o seu objetivo de qualificar a oferta?”, insistiu Carlos Ferreira, levando Marta Guerreiro a adiantar que o Governo está à espera de investidores privados.

Também Luís Garcia, numa reação à margem da interpelação, criticou a postura do executivo regional, lamentando que “em relação à ilha do Faial as coisas tenham de ser sempre diferentes” e concluindo que “no Faial estamos fartos desse tipo de tratamento desigual do Governo regional do Partido Socialista”.

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Durão Barroso no debate sobre “O Estado da Nação”



Este foi o Governo da oportunidade perdida

páginas 5 a 8

Já tem o Portugal que quer ?”



A partir da próxima semana Durão Barroso percorre o País

O Presidente do Partido Social Democrata, José Manuel Durão Barroso, inicia na próxima segunda-feira um périplo pelo País, que o levará a todos os distritos do Continente.

A iniciativa, para além de fazer um levantamento das carências específicas de cada região e das promessas não cumpridas pelo Governo socialista, visa auscultar os mais diversos sectores da sociedade e deles recolher contributos para o Programa de Governo que o PSD apresentará ao País no início do próximo mês de Setembro.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALANDROAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Alandroal, para reunir, no próximo dia 24 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 14h30, nos Bombeiros Voluntários do Alandroal, sita na Rua Dr. Manuel Viana Xavier Rodrigues, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise, discussão e votação do relatório das Autárquicas
- 3 – Inclusão de militantes – Adesão de novos militantes
- 4 – Plano de actividades plurianuais 2017/2021
- 5 – Trazer à colação Eleições Directas do Presidente do PSD
- 6 – Outros assuntos de interesse da Secção

ALMEIDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almeida, para reunir, no próximo dia 02 de Dezembro de 2017, (sábado) pelas 17h00, na sede, sita na Rua do Comércio – Vilar Formoso, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

NOTA

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arouca, para reunir, no próximo dia 05 de Novembro de 2017, (domingo) pelas 14h00, na sede, da candidatura autárquica “Somos Arouca”, sita na Av. 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Outros assuntos

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barcelos, para reunir, no próximo dia 03 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270- 1º Dtº., com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Análise da situação política, eleições autárquicas e liderança nacional

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo, para reunir, no próximo dia 04 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 16h30, na sede, sita na Rua Serpa Pinto, 32-A, 1º Dtº., com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise dos resultados das Autárquicas 2017
- 2 – Análise da situação política local e nacional
- 3 – Outros assuntos

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo Branco, para reunir, no próximo dia 06 de Novembro de 2017, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Pina, 6, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir, no próximo dia 17 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Tenente Valadim, 47 - E, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Autárquicas 2017: Apreciação dos resultados eleitorais
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Outros assuntos

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir, no próximo dia 13 de Janeiro de 2018, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita na Av. Tenente Valadim, 47 - E, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção – Mesa da Assembleia e Comissão Política

NOTA

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede estará aberta para o efeito, nesse dia das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00

CINFÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cinfães, para reunir, no próximo dia 04 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 15h00, no edifício da Junta de Freguesia de Cinfães, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política local e nacional
- 2 – Outros assuntos

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Ruy Faleiro, nº 46, 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Marcação de eleições para os órgãos concelhios

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estremoz, para reunir, no próximo dia 09 de Novembro de 2017, (quinta-feira) pelas 20h00, no salão da União de Freguesias de Estremoz, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Aprovação das contas 2016
- 3 – Situação política

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Faro, para reunir, no próximo dia 03 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Balanço dos resultados eleitorais autárquicos
- 2 – Análise da situação política

GRANDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Grândola, para reunir, no próximo dia 02 de Novembro de 2017, (quinta-feira) pelas 21h00, na Rua Marechal Gomes da Costa, 33, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Balanço autárquicas 2017
- 2 – Eleições directas PSD
- 3 – Outros assuntos de eventual interesse

JOANE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Joane, para reunir, no próximo dia 29 de Novembro de 2017, (quarta-feira) pelas 21h00, na Rua das Fontes, nº 390 – Freguesia de Joane, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise e discussão da situação do núcleo
- 2 – Outros assuntos

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira de Azeméis, para reunir, no próximo dia 18 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 14h30, na sede, sita na Rua Soares de Basto, 150-A, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Análise da situação política local e nacional

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Bairro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 20h30, no Centro Cultural Prof. Élio Martins (Silveiro), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da situação política concelhia
- 2- Outros Assuntos

PORTALEGRE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre, para reunir, no próximo dia 04 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 15h30, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Rescaldo das eleições autárquicas 2017
- 3 – Análise da situação política

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Resende, para reunir, no próximo dia 28 de Outubro de 2017, (sábado) pelas 15h00, no salão da Junta de Freguesia de Cárquere, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Análise dos resultados das eleições autárquicas
- 2 – Análise da situação política actual
- 3 – Outros assuntos

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia 25 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º18, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Pre-

Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Seia, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 27 de Novembro de 2017, (segunda-feira) pelas 21h00, na sala do Hotel Camelo, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise dos resultados eleitorais das eleições autárquicas no concelho de Seia
 - 2 - Eleições directas no PSD Nacional
 - 3 - Outros assuntos de interesse

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Soure, para reunir, no próximo dia 03 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na Rua Morais Pinto, nº 6 - 2º andar, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise da situação política interna
 - 2 - Autárquicas 2017 - reflexão

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Outubro de 2017, (segunda-feira) pelas 21h00, no Solar dos Peixotos, sito na Rua Cimo de Vila, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Informações
 - 2 - Balanço das Eleições Autárquicas
 - 3 - Análise da situação política
 - 4 - Outros Assuntos

**CONSELHO DISTRITAL DE BRAGANÇA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoco o IV Conselho Distrital Ordinário da JSD de Bragança do mandato 2016-2018, para reunir no dia 5 de novembro de 2017, (sábado), pelas 15h30m, na Sede do PSD de Alfândega da Fé, sito na Rua Camilo de Mendonça, nº 91, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Autárquicas 2017;
- 3 - Análise da situação política;
- 4 - Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, Regulamento dos Conselhos Distritais e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Conselho Distrital da JSD Leiria, para reunir no próximo dia 3 de novembro, pelas 21h, na Sede Distrital do PSD Leiria, sito na Av. José Jardim, nº 32, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;

- 2 - Apresentação e aprovação do Calendário e do Regulamento Eleitoral do Congresso Distrital;
- 3 - Análise da situação política;
- 4 - Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital da JSD Setúbal a reunir no próximo dia 11 de Novembro, pelas 16:30H na sede Concelhia do PSD Seixal, sita Rua do MFA, nº11 2845 - 380 AMORA, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise dos resultados eleitorais;
- 3 - Outros assuntos.

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o plenário de concelhia da JSD Almada a reunir no próximo dia 3 de novembro de 2017, pelas 21h30m, na Sede Concelhia do PSD/Almada, sita na Rua da Liberdade, n.º 38 - A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise dos resultados eleitorais;
- 3 - Análise da situação política;
- 4 - Outros assuntos.

ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 11 de novembro de 2017, pelas 15h30m, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Estrada N.º Senhora dos Covões, nº1, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise dos resultados das Autárquicas 2017;
- 3 - Análise da situação política local, distrital e nacional;
- 4 - Outras informações.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o plenário eleitoral da JSD Barreiro, a reunir no próximo dia 25 de novembro de 2017, pelas 17h30m, na Sede Concelhia do PSD Barreiro, sita na Rua de Trás-os-Montes, nº4 B, Santo António da Charneca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política da JSD Barreiro;
 - 2 - Informações;
 - 3 - Análise dos resultados eleitorais;
 - 4 - Outros assuntos.
- Nota:

As listas devem ser apresentadas até às 23:59H do terceiro dia anterior ao da realização do Plenário, ao Presidente da Mesa Distrital ou a quem o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD Distrital de Setúbal, sita na Av. Dr. Manuel Arriaga, n.º 16, 3.º Esq., 2900-437 Setúbal.

As urnas estarão abertas entre as 17h30m e as 19h30m.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD da Lourinhã, para reunir no próximo dia 25 de novembro de 2017, (sábado), pelas 21 horas, na Sede da JSD da Lourinhã, sita na rua Adelino Amaro da Costa, nº27, cave A com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD da Lourinhã.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, 22/11/2017, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 21h00m - 23h00m.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Maia para reunir no próximo dia 25 de novembro de 2017, pelas 16H00, na sede do PSD Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987, 4470-382 Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Maia.

Notas:

O Acto Eleitoral decorrerá entre as 16H00 e as 19H00. As listas candidatas deverão ser entregue à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio JSD Maia ou a quem estatutariamente a possa substituir, na sede do PSD Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987, 4470-382 Maia, até às 23H59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Ponte de Lima, para reunir em sessão ordinária no dia 3 de novembro de 2017 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política nacional;
- 3 - Análise dos resultados eleitorais - autárquicas 2017;
- 4 - Outros assuntos.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da concelhia da Póvoa de Lanhoso, para o Plenário a reunir no próximo dia 03 de novembro de 2017, pelas 21h (Sexta-Feira) na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da participação da JSD na campanha eleitoral para as autárquicas 2017;
- 2 - Análise dos resultados das eleições autárquicas 2017 no concelho da Póvoa de Lanhoso;
- 3 - Outros Assuntos.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Póvoa de Varzim para reunir no próximo dia 02 de novembro de 2017 pelas 21:00, na sede do PSD, sita na Praça do Almada nº7 1º piso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Balanço da atividade da Comissão Política;
- 3 - Análise da situação política local e nacional;
- 4 - Outros assuntos.